ATA N. °3/2017
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2017

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de vinte de junho do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal;
Ponto 2 – Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Comparticipação Financeira à Associação de Fraternidade e Solidariedade Social de Riodades, para construção de uma Estrutura Residencial para Idosos;
Ponto 3 – Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Comparticipação Financeira à Associação para a Infância e Terceira Idade de Ervedosa do Douro, para construção de uma Estrutura Residencial para Idosos;
Ponto 4 – Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Comparticipação Financeira ao Centro Social e Paroquial de Castanheiro do Sul, para redefinição da capacidade de resposta da Estrutura Residencial para idosos;
Ponto 5 – Análise, discussão e votação da proposta de Comparticipação Financeira à Freguesia de Paredes da Beira, para Construção de um Centro de Convívio;
Ponto 6 – Análise, discussão e votação do pedido de autorização para que o Município de São João da Pesqueira possa participar no processo de dissolução da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul;
Ponto 7 – Análise, discussão e votação da Proposta de Recomendação ao Governo – Linha do Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão cumprimentando o Executivo na pessoa do seu Presidente, os Membros da Assembleia e o público presente.
Verificadas as ausências dos secretários chamou para constituírem Mesa os Senhores Jorge Andrade e Paulo Bito.
Passou a palavra ao Secretário para que se procedesse à chamada. Notou-se as ausências justificadas das Senhoras Lourdes Veiga, Marcolina Sequeira e dos Senhores Vitor Monteiro e Teófilo Anjos. Faltaram também os Membros António Balça, Anabela Lopes e José António Lopes.
O Senhor Presidente da Assembleia passou à aprovação da ata da reunião anterior. Dispensou-se da leitura da mesma colocando-a a discussão. Disponibilizou inscrições para quem tivesse algo a esclarecer. Inscreveram-se a Senhora Lourdes Marinho e os Senhores Joaquim Monteiro e Silva Fernandes.

O Senhor Silva Fernandes lembrou o facto de na página 4 da ata estar escrito que lhe fariam chegar os dados relativos ao Museu do Vinho, facto que não acontecera até à data.
O Senhor Presidente da Câmara entregou os dados relativos ao Museu do Vinho.
Terminadas as correções à ata dos Membros inscritos, o Senhor Presidente da Assembleia aceitou-as, colocando a ata a votação. Esta foi aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Fernando Pereira por não ter estado presente.
O Senhor Presidente da Assembleia informou que se o público quisesse intervir que se dirigisse à Mesa para preencher uma ficha destinada à inscrição. De seguida, passou à correspondência recebida, destacando as justificações de faltas, correspondência da Associação Nacional de Municípios Portugueses e outra, as quais se encontram em arquivo. Perguntou ainda se os grupos de trabalho da Assembleia tinham algo a referir.
Inscreveram-se a Senhora Lourdes Marinho como representante da Assembleia na CPCJ e o Presidente da Assembleia Municipal como representante no Plano Diretor Municipal.
A Senhora Lourdes Marinho começou por perguntar se a Senhora Vereadora não devia ser substituída nas reuniões de Assembleia já que há duas sessões que não estava presente e porque terá direito a fazê-lo se, seguidamente usufruir da licença de parto. Seguidamente leu o texto destinado à apresentação dos trabalhos de grupo que se passa a transcrever:
" A primeira reunião, como elemento eleito pela Assembleia Municipal, junto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, realizou-se dia 6 do presente mês. Não poderei apresentar uma análise muito detalhada, apesar de ter notado esforço na dinamização da Comissão Alargada. Apenas uma pequena síntese, reportando-me à apresentação de um documento relacionado com o volume processual até dia 02-06-2017 e outros dados que me foram facultados.
A Comissão tem quarenta e dois processos ativos. Verifica-se que a entidade mais sinalizadora ou participativa, das situações de perigo, continua a ser o tribunal, com quatro casos.
Os estabelecimentos de ensino sinalizaram também quatro crianças/jovens nos quais estão incluídos dois processos que foram reabertos. Significa que, nestes dois casos o perigo foi debelado, tendo havido qualquer nova situação que necessitou de novo acompanhamento da CPCJ.
De referir dois casos sinalizados por vizinhos e particulares. Estes gestos são positivos, refletindo uma maior sensibilização da Comunidade perante os problemas que afetam as nossas crianças/jovens. A problemática que originou as sinalizações, a preponderância é a constatação de onze casos de violência doméstica, oito casos em que a criança esteve exposta a comportamentos que comprometem o seu bem-estar e desenvolvimento e seis casos por negligência dos pais, ou de pessoas que têm a criança a seu cargo.
As sinalizações por escrito são as mais comuns, notando-se novamente, a recetividade da Sociedade perante os deveres e direitos para com as nossas crianças, reconhecendo quando estas estão em risco fazendo-o de forma presencial.
Quanto ao acompanhamento, por faixa etária, do zero aos dez anos, verifica-se que o sexo masculino (13 processos ativos) apresenta mais problemáticas. Do sexo feminino só duas crianças com idades entre os seis e oito anos.
Nos jovens dos onze aos catorze anos e dos quinze aos dezassete, o maior número de processos pertence a crianças do sexo feminino (21 casos) e quinze processos em jovens do sexo masculino.

Só nestas duas faixas etárias existe um total de 36 processos, sendo crianças/jovens com problemáticas que, normalmente, se revelam mais trabalhosas.
Tenho ainda de salientar que a Lei de Proteção 147/99, de 1 de setembro, podia alargar a intervenção da CPCJ até aos vinte e um anos, desde que os jovens antes de atingir a maioridade, pretendiam a continuação do acompanhamento.
A Lei 23/2017, de 23-05-2017 (3.ª alteração à Lei 147/99) vai abranger a pessoa até aos 25 anos, sempre que existam, e apenas enquanto durem processos educativos ou de formação profissional. Deve, no entanto, ter-se em atenção que a continuação da intervenção tem que ser solicitada pelo jovem com menos de 18 ou 21 anos e com processo ativo antes de atingir os 18 anos.
Embora os números não sejam alarmantes, mais uma vez, lembro que as autarquias locais e toda a sociedade, tem um papel muito importante na prevenção do risco.
Temos todos de colaborar em prol das nossas crianças/jovens e dos seus direitos."
O Senhor Presidente da Assembleia informou sobre a reunião do PDM decorrida dia 6 de junho em S. João da Pesqueira tendo referido que as entidades presentes restaram muitos elogios ao trabalho efetuado, especialmente nos últimos três anos, no âmbito do Plano Diretor Municipal. Foi evidenciado o orgulho nos representantes deste Município por sentirem o progresso do trabalho efetuado nos últimos três anos pela equipa do PDM.
O Senhor Joaquim Monteiro pediu permissão para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lhe responder a algumas questões já que esteve presente na reunião do PDM.
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que sim. De seguida, disse ter uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, a inclusão de três pontos na Ordem do dia:
- Análise, discussão e votação do pedido de autorização para que o Município de São João da Pesqueira possa participar no processo de dissolução da Associação de Municípios do Rio Torto;
- Análise, discussão e votação do pedido de autorização para que o Município de São João da Pesqueira possa participar no processo de dissolução da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul;
- Análise, discussão e votação da Proposta de Recomendação ao Governo – Linha do Douro.
Referiu, ao serem aceites a inclusão dos pontos que faria um intervalo para análise dos mesmos.
A Senhora Lourdes Marinho interveio dizendo não terem nenhuma base documental para decidir no imediato, nem sabe como foram feitos os acordos com as Associações.
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder fazer os respetivo esclarecimentos.
O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes, começou por dizer que o pedido de inclusão dos três pontos tem a ver com as Associações que começaram a ser constituídas e, hoje com o desenvolvimento temporal, deixaram de existir. Deixaram de ser necessárias. A Associação do Rio Torto foi constituída com os concelhos de S. João da Pesqueira, Mêda e Foz-Côa, na altura para construção da barragem de Ranhados, agora está entregue às Aguas de Trás-os-Montes, deixando, assim, de existir contas. Nenhum dos Municípios sabe o que existe em concreto. Com a alteração do Orçamento de Estado, estão a pedir contas ao Município dessa Associação e o Município não as tem, como não têm Mêda e Foz-Côa. O mesmo acontece com a Associação Beira Alta e Douro Sul.

Foi constituída em 1977 por todos os Municípios de Viseu, na altura para terem acesso a candidaturas. O Tribunal de Contas pediu contas e o Município não tem, nem sabia da sua existência. Foi recebida uma carta de Viseu para constituição dos órgãos e dissolução dessa mesma Associação. Quanto à Linha do Douro foi um estudo feito pelos Membros da Assembleia para dar alguma legitimidade e visibilidade à Linha do Douro. As Assembleias que acharem bem, juntam-se a esse pedido para o Governo começar a dinamizar, em termos de turismo, e seguir até Salamanca.
O Senhor Presidente da Assembleia disse ser entendimento da Mesa votar ponto a ponto. O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação os pontos a serem inseridos na Ordem do dia: Análise, discussão e votação do pedido de autorização para que o Município de São João da Pesqueira possa participar no processo de dissolução da Associação de Municípios do Rio Torto, aprovado por unanimidade. Seguiu-se a votação do ponto seguinte: Análise, discussão e votação do pedido de autorização para que o Município de São João da Pesqueira possa participar no processo de dissolução da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, aprovado por unanimidade e por último: Análise, discussão e votação da Proposta de Recomendação ao Governo – Linha do Douro, tendo sido aprovado por unanimidade.
Passada a palavra ao Senhor Silva Fernandes, disse que ficou um bocado perplexo em relação ao argumento dado, de não haver contas. Questionou o que foi feito do dinheiro, onde foi gasto. Reitera que não havendo contas, não entende o que aconteceu, o porquê de ter fechado? Por esta ordem de ideias, qualquer dia fecha tudo. Quanto ao ponto da linha do Douro, acha bem, dizendo que já ouviu falar sobre a linha do Douro e se a sua reposição é até Barca D'Alva.

Período de antes da Ordem do dia
Continuando com os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para o período de antes da Ordem do dia.
Passada a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita, este cumprimentou a Mesa, o Executivo, os colegas e público. Relembrou os assuntos das últimas Assembleias para não caírem no esquecimento. Gostava de obter resposta do Executivo, em relação à REN, da passagem dos postes no nosso concelho. A obra está pronta, estaleiro desmontado e não temos resposta deste Executivo nem negociação feita. Questionou o ponto da situação. Outro assunto tem a ver com a Assembleia de dezembro, com a passagem de Património da Câmara Municipal para a Associação Promopesqueira, para ser financiada pela Caixa Agrícola num determinado montante. Questionou o Senhor Presidente da Assembleia, sendo ele Diretor da Esprodouro, onde estão as contas. Relembrou os abrigos, dado que finalizadas as aulas, seria um período fundamental para construir os abrigos. As crianças continuam a molhar-se e os abrigos vão continuar no próximo ano letivo por construir. Quanto ao Conselho Municipal de Educação, o representante da Assembleia faltou à reunião referindo que as pessoas quando estão nessas situações e se disponibilizam para trabalhar para o bem público, devem estar disponíveis para representar, ou devem fazer-se representar. Questionou sobre o parecer da Caixa Geral de Aposentações referente ao Senhor José Carlos. Disse não saber se já foi pedido, mas se precisarem ele mesmo o pede. Gostava que o documento chegasse à Assembleia, se não fica pendente, mas não cairá no esquecimento. Interrogou o porquê de um cabo trifásico estar ligado nas traseiras da Câmara Municipal.
O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção passando a palavra à Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho gostava que o Senhor Presidente da Câmara tomasse bem nota no que vai dizer. É um assunto que nunca foi presente à Assembleia, mas que deve ser tratado, tendo a ver com os transportes públicos/escolares. "O meu dever, como o de todos os autarcas, é trabalhar pelos ideais coletivos e nunca esmorecer perante a inercia. Assim sendo venho alertar e pedir ao Sr. presidente da câmara para que quando reunir com a empresa rodoviária que presta serviços no nosso concelho tente negociar a forma como os serviços são prestados.

1º - Exigir transporte escolar em autocarros com condições de segurança de conforto e de apresentação. No inverno os alunos tremem de frio porque não existe aquecimento. No verão sufoca-se com o calor por não terem ar condicionado.

2º - Na época de férias escolares, o horário dos autocarros muda sem que o público seja avisado, podendo faze-lo através de um pequeno edital colocando-o nas paragens dos autocarros. Por exemplo: um autocarro que parta em tempo de aulas às 17h35, fora do período de aulas parte às 17h00 e o público sem aviso prévio.

3º - A empresa durante o ano letivo faz o transporte público no horário dos alunos e os utentes se conseguirem apanhar o comboio no pinhão seguem viagem, caso contrário perdem o comboio. Pelo menos que haja preocupação de conciliação dos horários do público com os horários escolares. Isto terá de ser negociado com as empresas a câmara e as escolas. Assim a continuar, há autocarros para o transporte escolar que leva o público e não há autocarros para o público.

4º: o presidente deve ainda negociar a gestão dos transportes: as empresas fazem as suas gerências e querem lucros e os lucros advêm das pessoas que o utilizam. Suprimem autocarros porque não lucram. Por exemplo: quem vem da Régua no autocarro das 17h15, para Valença e Trevões, espera uma hora nas Bateiras para apanhar o autocarro que faz os transportes escolares que parte de SJP às 17h35, por isso o público tem de estar nas bateiras sem abrigo durante 1h, tanto no verão como no inverno, não se importando a empresa com facto de as pessoas estarem ao frio ou ao calor. Entende que a câmara pode negociar a situação com a empresa, acordando caso a caso."

O segundo ponto que diz ter para frisar tem que ver com uma introdução e uma proposta sobre a tragedia de Pedrógão Grande: "sábado, 17 de junho mais um incêndio deflagrou e desta vez na região de Pedrogão Grande. Mais um, mas este com proporções que a todos chocou pela grandeza de devastação e de vidas perdidas.

Porque não aprendemos a lição? A floresta que arde leva décadas a recuperar. É um bem tão importante devastado, ano após ano, sem que notemos qualquer mudança nas politicas públicas de prevenção. Há muito se vem falando ser um negócio com grandes lóbis e a polémica só acabará quando não tivermos matas para queimar.

A tendência tem sido para piorar e, todos os anos, acordamos após o pesadelo de uma nova onda de incêndios. Finalmente extintos, adormecemos até que outro sonho mau nos acorde e nada é feito. O mal não está no erro, mas na sua persistência.

A culpa é de muitos, mas em especial, daqueles que não sabem ceder aos interesses e ao facilitismo.

A culpa é de quem faz leis estéreis que aprovam e metem no fundo da gaveta.

A culpa é do labirinto cerrado no qual perdem o fio que conduz à responsabilidade e nos arrasta sempre a este estado repetitivo.

Os problemas ficam sem correção, mas os elevados custos materiais e humanos esfumam-se como a aragem que fez atear os incêndios. Vimos vidas felizes

ceifadas pela estupidez dos homens, cada vez mais estupidamente normais. Temos que refletir nos números 64 mortos, 200 feridos em estado crítico, muitos desaparecidos, mais de 50.000hectares de vegetação consumida pelo fogo, 40 aldeias evacuadas. É este o trágico rescaldo.
A minha absoluta gratidão aos bombeiros e voluntários anónimos que lutaram para que a tragédia não fosse maior. A mobilização de todos foi uma lição de sentido de estado. Também tenho de louvar a solidariedade desinteressada dos portugueses, perante este flagelo. Não posso deixar ainda de salientar o exemplo da maioria dos governantes que, com a sua presença constante no terreno, interagiram tanto com os responsáveis pelo combate aos incêndios, como com as pessoas física e moralmente atingidas.
Proponho um minuto de silêncio em memória das vitimas. O envio de sentidas condolências aos Presidentes das Assembleias dos concelhos atingidos.
Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Castanheira de Pera.
Tal como disse o Presidente da República no local da tragédia "a nossa dor neste momento não tem medida, como não tem medida a nossa solidariedade."
Continuou a sua intervenção lendo o texto que se transcreve:
"Proteção Civil
Onde está? Todos me responderão é uma atribuição inerente ao Senhor Vereador por isso, na Câmara. Certo, mas o rosto do resto da equipa? E a ação preventiva e pedagógica junto da população?
Nunca estive aqui a mostrar só o que é normal. Tenho a obrigação e a oportunidade de fazer a diferença. As respostas serão sempre "estamos a trabalhar". Não duvido, mas os políticos querem decisões rápidas e que confirmem aquilo que já pensaram e não pode ser. Por isso vou dar o meu contributo sobre aquilo que penso ser fácil, exigente e que nunca vi fazer.
Na ação preventiva informar, através de painéis, desdobráveis, internet, etc, sobre o que devemos fazer, os caminhos mais seguros por onde escapar, os refúgios e os pontos de encontro para onde nos dirigirmos em casos de calamidade.
Educar as populações através de regras de sobrevivência perante as catástrofes.
A Proteção Civil alia-se e confunde-se muito com os Bombeiros. Não pode ser assim. São entidades que embora em consonância têm funções especificas diferenciadas. Nesta dualidade o que se reconhece é não haver vestígios de uma visão estratégica.
Através da Comunicação Social, só vemos movimento da Proteção Civil quando estamos em cima das tragédias.
Dirão a Dona Lourdes fala, mas nós até temos pouca floresta, é verdade, mas temos algumas e temos três barragens a produzir energia na área do nosso concelho."
Sobre o 10 de junho disse: " Este dia, feriado nacional, mantém-se embora a sua nomenclatura tenha mudado ao longo dos tempos. Antes, dia de Camões. Mais tarde, dia da Raça. Hoje, dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo Mundo. O significado é abrangente e enaltece o espírito aventureiro e destemido dos Portugueses. Vou, no entanto, aproveitar esse dia para o personalizar numa única pessoa, o Senhor Presidente da República Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
Camões foi grande, com o seu engenho imortalizou epicamente Portugal. O Doutor Marcelo Rebelo de Sousa sabe ser o autor da afetividade, da solidariedade, criador de empatia com jovens, idosos, sem abrigo..., próximo de tudo e de todos na devida altura.

Faz politica com a sua genuinidade, sem artifícios nem alibis. Apresenta-se como é, sabendo como deve com os seus gestos trazer a esperança, percebendo o que vai na cabeça e nos corações das pessoas.
O Presidente da República comprometeu-se ser o embaixador de Portugal pelo Mundo for e, em pouco tempo, conseguiu. É realmente o Presidente de cada um dos portugueses.
Faço votos para que os políticos do nosso país aprendam a lição. A fama perturba o sentido da realidade quase tanto como o poder. Não é o caso do atual Presidente da República e, por isso, nele personalizo a ideia da Raça e de Portugal. A vida passa, os exemplos permanecem."
Passada a palavra ao Senhor Eduardo Coelho cumprimentou os presentes, começou por dizer não ser fácil para o Presidente da Câmara estar constantemente a ser bombardeado com as coisas menos boas, como Presidente de Junta compreende, mas também há coisas boas que foram feitas. Deu os parabéns pela festa de S. João, apesar das poucas marchas, reconhecendo não ser fácil organizar marchas, tendo também acontecido na sua freguesia. Referiu ser estranho o Deputado Lima Costa nunca ter estado presente numa Assembleia Municipal, nem nunca ter convidado os Membros da Assembleia Municipal a visitarem a Assembleia da República. Pediu para não esquecerem o Regulamento da viação rural proposto por ele na reunião de fevereiro.
O Senhor Silva Fernandes interveio seguidamente, registando com agrado ter um Membro da Assembleia na CPCJ. Pela primeira vez tivemos elementos elucidativos, transmitindo, de facto, o que é a CPCJ, o que faz, e as dificuldades que pode ter.
Leu um texto "a floresta constituindo uma riqueza do Douro incalculável, nunca foi levada a serio, nem pelo poder central nem pelo poder local. Quando acontece um incendio e tem consequências trágicas como perdas de vida como aconteceu nas últimas semanas, numa primeira fase ninguém assume responsabilidades, para numa segunda fase atirarem culpas uns aos outros. Ora a culpa é de todos, e é mesmo de nós todos. Uns porque não fazem o que devem, outros porque não exigem que seja feito. Vejamos o que se passa nas autarquias locais e o nível de intervenção de uma assembleia municipal. O território de um concelho é constituído por uma parte urbana e outra rustica, sendo esta de dimensão muito superior à primeira e incluindo-se nela a floresta. Em relação à primeira, urbana, tudo é regulamentado desde a ocupação do solo, em área, em altura, ate à volumetria dos edifícios, estabelecem-se e bem regras e sistemas de segurança nos diversos domínios, ocupação do espaço para feiras e mercado, dimensão dos reclames das empresas e organizações e ate em determinados casos as cores a utilizar nos edifícios chegando-se até à proibição pura e simples de construção. Em relação à segunda, nomeadamente quanto à floresta, nada é feito. E a pergunta que se impõe é: então a parte rustica do território duma autarquia em que se integra a floresta não é muitas vezes superior à parte urbana? O rendimento da autarquia não resulta muitas vezes da parte rustica da floresta, mais do que a urbana? Qual a razão dos autarcas esquecerem ou não se lembrarem que são responsáveis por todo o território pela sua salvaguarda e não apenas por uma parte? Há felizmente, exceções e vou citar e já o referi, nomeadamente o presidente da Câmara de Arouca que vem reclamando já há muito tempo meios e competências para o domínio específico da floresta da parte rustica. Ainda que o concelho de São João da Pesqueira não tenha grandes manchas de floresta, deixaria uma pergunta e uma sugestão, e a pergunta é: foi em devido tempo criada e aprovada nesta assembleia uma equipa de sapadores florestais, quantos são o que fazem, onde e como? Prestam serviço a privados?

Têm sido solicitados e participado em ações fora do concelho? A sugestão é esta, a mata do cabo é património municipal e constitui reserva de algumas espécies de reconhecido valor científico. Por todas as razões já invocados, a mata do cabo onde os sapadores deveriam estar sediados, devia constituir um exemplo de boas práticas de manutenção de uma mancha florestal. Mata do cabo deveria constituir uma lição viva da natureza com trilhos, identificação das espécies, convocação pedagógica para os mais novos e o deleito para os mais velhos, um local de prazer a desfrutar por todos que aqui vivem e em especial por quem nos visita. Acrescentaria a esta minha intervenção uma proposta que de certo modo se sobrepõe à Dr.ª Maria de Lourdes, mas não tem importância nenhuma em associar-me à dela se necessário. A proposta é os estragos dos acontecimentos ocorridos nos últimos dias, concelhos de Pedrogão grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, causaram elevados prejuízos materiais, a morte de dezenas de pessoas e centenas de feridos. Não podendo nem devendo a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira ficar indiferente a tão dolorosa vivência, propõe-se:

1 - Um minuto de silêncio em homenagem as vítimas dos incêndios;

2 - Apresentação de condolências às câmaras municipais de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera;

3 - Abdicação pelos membros da Assembleia das senhas de presença desta sessão para ser entregue à União das Misericórdias Portuguesas para a apoio às vítimas dos incêndios."

O Senhor Vítor Tomé cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores. Relembrou um assunto anteriormente debatido, as feiras no feriado. A associação comercial tomou as devidas providências, fez passar um abaixo-assinado pelos comerciantes, para que as feiras que coincidissem com feriados fossem alteradas para o dia anterior ou posterior. No entanto, nada foi feito. O requerimento entrou, mas as duas feiras sucessivas foram feitas no feriado. Lamentou a festa de S. João, este ano, ter sido fraquíssima, quatro marchas a concurso, foi muito pouco. Os concelhos limítrofes, Tabuaço e Armamar fazem festas fantásticas, têm um bom programa, feito atempadamente, e o nosso é sempre o mesmo. As pessoas precisam de animação, precisam de sentir que o concelho delas faz as coisas bem feitas, que é uma referência em determinadas áreas e não é isso que acontece. O comércio local sofre com isso, o grupo que esteve a atuar na noite de S. João não valia nada, o do dia seguinte era repetitivo, era o mesmo do ano passado, de há 2 anos, de há 3 anos e de há 4 anos. Concluiu dizendo para estes erros não voltarem a ser repetidos.

O Senhor Joaquim Monteiro associou-se à tomada de posição do Senhor Silva Fernandes e a Senhora Lourdes Marinho, já que ia falar nos incêndios. Em relação ao que disse a Senhora Lourdes Marinho, acerca dos horários dos autocarros e as pessoas esperarem nas Bateiras, disse ter lá um abrigo, não é aquilo que gostava, queria um abrigo em xisto, mas não foi possível. As pessoas não apanham chuva nem sol. Em relação à Proteção Civil, como Presidente de Junta, quando precisa nem sequer se lembra da proteção civil, parece não existir. Falava com a Eng.ª Ivone, mas como está em licença de maternidade, foi o Eng.º Carlos Froufe que lhe resolveu o assunto. A proteção civil é quase inexistente, se é para existir um Comandante Operacional, há que organizar a equipa e delinear as linhas de ação. Quanto à marchas de S. João, e como a biblioteca também entra, e muito bem, foi uma marcha lindíssima não indo a concurso. A Esprodouro também não devia ir a concurso. No dia seguinte foi a Tabuaço, estava muita gente. A forma de organização da Avenida, como as barracas, estavam muito bem. Lamenta S.

João da Pesqueira não ter uma festa de S. João assim, pois, foi S. João da Pesqueira que deu início à festa de S. João sendo que está a ser ultrapassada pelos concelhos vizinhos.
Passada a palavra ao Senhor Fernando Pereira, este cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o Executivo, os colegas e o público. Começou por dizer que os incêndios são o tema em foco. No concelho, a floresta não abunda, no entanto, o mato rasteiro é uma das características e tem de ser salvaguardada. É necessário fazer o acompanhamento disso. É importante a Proteção Civil ser ativa, estar mais presente junto dos munícipes e Juntas de Freguesia, delinear ações de intervenção. Na estrada EN 222, as bermas estão completamente cheias de feno, era importante a Proteção Civil tomar uma posição de forma cada vez mais presente e mais intensa. Quanto às marchas de S. João, concorda com o Senhor Joaquim Monteiro. É do tempo em que as marchas desfilavam da Avenida, era bonito de se ver, havia uma enorme migração no concelho e de gentes de fora do concelho. Agora o desfile das marchas resume-se a uma atuação no largo e pouco mais. Isso leva as pessoas a não virem, estar sentado não trás dinâmica. Alerta para o facto de não se fazer mais do mesmo, e sim, ser diferente, marcando assim, pela diferença e pela qualidade. S. João da Pesqueira tinha duas grandes festas, o S. João e Senhora do Monte com marca e relevo na região e nos concelhos vizinhos. Era bom voltar a ter isso. Seria importante olhar para o que foi feito, identificar o que está bem ou mal, aproveitar o que está bem e começar daí. Concorda com o Senhor Sebastião Mesquita em relação à REN. Questionou o que S. João da Pesqueira ganhou com a colocação dos postes. Basta olhar para a imagem e vê-se logo, já perdeu. Era importante quando alguma coisa tem um impacto, assim tão acentuado no nosso território, que pelo menos se pudesse minimizar esse impacto de alguma forma.
A Senhora Maria Helena interveio seguidamente cumprimentando os presentes. Deixou um louvor e uma sentida homenagem a todos os bombeiros e a todos os voluntários anónimos que rapidamente acudiram, prestando assim o seu auxílio. Elogiou o Executivo nas atividades promovidas em prol das crianças e jovens do concelho na área da educação. A Câmara tem proporcionado várias atividades às crianças do concelho. Com o término das aulas as crianças têm a oportunidade de usufruir quinze dias no âmbito das férias desportivas, mas nem todas têm a mesma oportunidade. Um menino com necessidades educativas especiais fica em casa todo o tempo de férias, e infelizmente, somente com a mãe. Deixou a proposta de durante o período de férias, organizarem também, alguns dias de atividades para crianças com necessidades educativas especiais, no âmbito das férias desportivas, ou então arranjar outra solução. Assim podemos dizer "todos diferentes, todos iguais".
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro. Este sobre a intervenção do Senhor Fernando Pereira, quando falou da estrada EN 222, disse que realmente está cheia de mato. Teve o cuidado de falar com o responsável das Estradas de Portugal, Vítor Maia que lhe disse "não se preocupe, o trabalho de limpeza está entregue a um empreiteiro". Fizeram a limpeza da Régua até às Bateiras e pararam. Disse estar enervado com esta situação, pois o mato rasteiro em longa extensão, e havendo situação de incêndio, deixa uma marca negra, causando impacto nas paisagens dos vinhedos. Apela para que a Câmara insista com as Estradas de Portugal para fazerem a limpeza.
O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação as propostas da Senhora Lourdes Marinho e do Senhor Silva Fernandes, um minuto de silêncio, envio de condolências aos Municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e

Pedrogão Grande e que o valor das senhas de presença fossem entregues para apoio às vitimas e um voto de louvor aos bombeiros desses Municípios.
O Senhor Norberto Vieira interveio dizendo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal devia ter posto à discussão as propostas antes de serem votadas. Não achou bem a proposta do Senhor Silva Fernandes. Quem quiser entrega o valor da senha de presença, não por intermédio da Assembleia. Questionou o Senhor Silva Fernandes se já contribuiu para as vítimas dos incêndios.
O Senhor Silva Fernandes referiu a proposta ser para discussão não querendo dizer que seja aprovada. Quanto áquilo que deu, não é obrigado a dizê-lo. Ninguém tem nada a ver com isso. Retirou a proposta das senhas de presença, já que causou tanta perturbação.
O Senhor Presidente da Assembleia colocou as propostas a votação, um minuto de silêncio pelas vítimas e o envio das condolências aos Municípios afetados pelos incêndios. As propostas foram aprovadas por unanimidade.
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.
O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes, começou por responder ao Senhor Sebastião Mesquita dizendo que a passagem dos postes foi aprovada pela Assembleia. Na altura, foram feitas algumas contestações das Juntas de Nagoselo, Soutelo, Ervedosa e Castanheiro. Ainda estão à espera das contrapartidas, têm de ser divididas por São João da Pesqueira e Tabuaço. Quanto aos abrigos, foi elaborado um estudo para a construção dos mesmos. Em relação ao cabo, foi uma ajuda dada a um munícipe quando houve falha elétrica. Gosta de ajudar sempre as pessoas que recorrem à Câmara, embora o munícipe vá pagar a respetiva fatura da luz. O assunto da Caixa Geral de Aposentações já tinha sido discutido, tendo sido mostrada também a ata. À Senhora Lourdes Marinho disse a Senhora Vereadora estar de licença de maternidade, portanto, as faltas estão todas justificadas. Espera o seu regresso o mais rápido possível, mas essas faltas, são um direito que lhe assiste. Os transportes escolares todos os anos são negociados com a empresa. Os horários podem mudar na altura das férias, mas é a Câmara que paga uma compensação para funcionarem os transportes públicos. A Proteção Civil está distinguida como a melhor do distrito. Agradeceu as palavras do Senhor Eduardo Coelho. Quanto ao Regulamento está a ser analisado. Ao Senhor Vítor Tomé não sabe o que lhe dizer, está sempre contra, sempre a dizer mal. Quanto à festa de S. João não foram os mesmos artistas, o Fernando Santana não atuava em S. João da Pesqueira há muito tempo. Ao Senhor Joaquim Monteiro disse que o júri são os representantes das próprias marchas. Quando não se fala na Proteção Civil é sinal que anda bem, se andasse mal, toda a gente falava. Respondendo ao Senhor Fernando Pereira disse que muitos comerciantes tiveram bons lucros na colocação dos postes de alta tensão no tempo que estiveram cá. Houve um caso, de um proprietário, que recebeu vinte e tal mil euros, só por passarem os fios no seu terreno. À Senhora Maria Helena disse que ajudam as crianças com necessidades especiais. Vão buscar uma menina aos Pereiros para o CAO.
A Senhora Maria Helena interveio dizendo que essa menina é um caso específico. Não pode ser integrada nas férias desportivas, essa menina já devia estar integrada no CAO. Falou com o Senhor Padre Amadeu e ele respondeu-lhe com alguma razão, essa menina estar na idade escolar obrigatória, não a podendo tirar da escola. Acha desumano as condições em que a menina é tratada, por muito que lhe façam são poucas as condições da escola. A menina não pode ser integrada nas férias desportivas, mas têm o caso do André, podiam fazer algo por ele. Sabe das atividades ao longo do ano, como CEART, viagens de estudo, quatro

ou cinco saídas. No período das férias, que é muito comprido, e uma vez que vão buscar a Francisca, porque não integrar o André, e se calhar outros casos.
O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a sugestão dizendo que vai ver o que pode fazer. Concluiu a sua intervenção dizendo ao Senhor Presidente da Assembleia que o Executivo associar-se-á às condolências enviadas aos Municípios afetados pelos incêndios.
O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta do Senhor Presidente da Câmara. O Executivo associar-se às condolências enviadas aos Municípios. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita.
O Senhor Sebastião Mesquita disse não ser de estranhar as respostas dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, respostas muito vagas. Lamentou a venda do concelho por almoços, os caminhos destruídos não serem repostos. Lamenta o facto de um proprietário, onde passam os postes, receber vinte mil euros e outros não terem recebido nada.
Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho, esta pediu desculpa ao Senhor Joaquim Monteiro. Quando se referiu ao abrigo, não era aquele onde se costumam abrigar as pessoas. Falava de outro tipo de abrigo, mais resguardado. Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo ter trazido ideias para serem aproveitadas e não críticas. Apesar de haver somente uma empresa a fazer os transportes não se pode calar, pois os bancos estão esfarrapados, alguns não têm encosto de lado, podendo os utentes caírem, os assentos são em licra, em mapa e escorregam. A Câmara paga tem de exigir. É uma utente regular dos transportes públicos, fala com conhecimento de causa. Quanto à Proteção Civil não fez nenhum reparo, deu ideias para melhorar. A Proteção Civil deve aproveitar as deixas que deu, já que não tem tido intervenção pedagógica. Quanto à Senhora Vereadora sabe do direito da licença de maternidade, mas cinco meses é muito tempo. Pensou que devia ser substituída.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.
O Senhor Presidente da Assembleia iniciou o ponto abrindo inscrições para quem quisesse intervir.
A Senhora Lourdes Marinho pediu a palavra dizendo: "Não me recordo em que reunião eu fiz o reparo da inexistência de instalações sanitárias no espaço da Loja de Turismo. Sugeri, na altura, e com poucos gastos, a realização da tal infraestrutura. Continua igual, não têm nada, nem para os funcionários, nem para quem se dirija para colher informação. Também alertei para a ausência de uma ou, no máximo, duas escadas de acesso à Loja de Turismo. É perigoso continuar assim, essencialmente, quando se sai do espaço Loja, a tendência é ir em frente, pois até para confundir o portão que pertence à Loja de Turismo é mesmo em frente. Peço agora para mandarem dar um banho, nem que seja duas ou três mãos de Bondex às madeiras à entrada do Museu do lado direito e às portas do último piso que dão saída para a estrada que vai para Espinho. Não precisam de montar andaimes, uma simples escada chega para fazerem esse tratamento às madeiras que tão caras foram. Fica mal, dá ar de abandono. Há pessoal da Câmara que pode fazer esse trabalho. Vá lá, há que ter vontade e reconhecer que as opiniões dos outros são válidas. Vou-me referir à parte da educação. As pessoas só veem obra feita em betão, mas tenho de reconhecer, que a nível de Educação a Câmara fez bastante, mas essa obra não é visível. Os vales escolares, os apoios para livros e material escolar. É pena, outras Câmaras por pequenas coisas, dão logo a conhecer aos canais de televisão. A Câmara da Pesqueira,

com pessoal para trabalhar a comunicação social nunca soube dar visibilidade a estes gestos, o que prejudicou a ação do Executivo."
Passada a palavra à Senhora Maria Helena esta louvou a parceria e colaboração do Município com a educação. Pediu um esclarecimento em relação ao ponto dois, onde fala da preparação, em conjunto com a UTAD, da candidatura do Programa Municipal de Combate ao Insucesso Escolar. Gostava que o insucesso escolar diminuísse, que as medidas fossem visíveis e o sucesso fosse muito além de meros números para estatísticas. Louvou os alunos brilhantes, merecendo ser considerados. O sucesso não pode ser sustentado com números, por estatísticas. A culpa não é do Município, vem do Ministério da Educação, estando a incutir nos dias de hoje, praticamente não se ter de estudar, só trabalhar.
O Senhor Silva Fernandes, no uso da palavra, disse normalmente não se pronunciar quanto à atividade municipal a não ser relativamente à situação financeira. Nos últimos meses, a dívida voltou a aumentar. Em 2014 era menos de quinhentos mil euros e, neste momento, são quatro milhões, ou seja, oito vezes mais de dívidas a terceiros. Esta situação preocupa-o, a dívida em vez de diminuir aumenta.
O Senhor Joaquim Monteiro realçou o desporto escolar como um papel preponderante no Agrupamento de Escolas. Há alunos, como por exemplo o Luís Carlos Costa que tem sido notícia. Era bom o Pelouro do Desporto fazer o acompanhamento do desporto escolar. Questionou o Senhor Presidente da Câmara quem pagava as refeições escolares de Ervedosa do Douro. Foi-lhe respondido que era a Câmara. Dirigiu-se à Senhora Lourdes Marinho para não andar a dizer que não fazem nada, pois o Executivo paga as refeições por ser uma competência da Câmara Municipal. Ficou satisfeito, no empreendedorismo haver muitas candidaturas aprovadas, mas quase todas para a vila de S. João da Pesqueira. Ervedosa é a maior freguesia do concelho, tem de lhe ser dada importância. Quanto ao PDM está contra. Soube, no momento, da existência de uma reunião. Questiona se vão aprovar o PDM contra a vontade do povo de Ervedosa. O PDM não agrada à freguesia e não há ninguém da Câmara que o transmita a quem de direito. Perguntou quando termina o prazo para apresentação de propostas das ETAR´s. Ficou contente pela aquisição do terreno nos Casais do Douro para a construção da ETAR. Lutou muito para ver concretizado a construção das estações de tratamento nos dois anexos da sua freguesia.
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vitor Tomé.
O Senhor Vítor Tomé interveio seguidamente para falar na participação do Município nas feiras. A Câmara tem muito pessoal e não há ninguém com formação devida para a representar. Isso não deveria acontecer. Com alguma formação conseguiriam ser melhor em feiras, ou então serem os técnicos do turismo a representar o Município nas feiras. Não tem dúvida que as pessoas, indo para as feiras, fazem o seu melhor, não sabem é mais. Não é a área delas. É preciso dar formação e selecionarem sempre os mesmos técnicos. O Município tem muitas associações, mas não as faz estar em lado nenhum. No Portugal Lés-a-Lés o Moto Clube de S. João da Pesqueira devia estar presente a recebê-los. Ou se exige das Associações ou não se subsidiam. Não pode existir uma associação se não desempenhar o seu papel.
Ao Senhor Vítor Tomé respondeu haver um Regulamento das Associações. São subsidiadas mediante as atividades que fazem. Não acha bem o Presidente da Câmara obrigar as associações a participarem no que quer que seja. As associações não se deveriam sentir obrigados a participarem nas festividades e como Presidente de Câmara não obriga ninguém a participar. Quanto à participação nas feiras as pessoas vão representar o Municipio e dão o seu melhor.

Disse ao Senhor Joaquim Monteiro estarem à espera da abertura em termos de espaço público para puderem intervir na colocação dos led´s. Ervedosa Sarzedinho e Casais estão incluídos. Quando for a discussão publica do PDM pode apresentar as suas sugestões. A Câmara comparticipa a todos os centros escolares as refeições.
Referiu que as sugestões da Senhora Lourdes Marinho ficaram registadas.
Ao Senhor Silva Fernandes quanto à diferença da divida tem a ver com a divida às águas do Norte, antes não vinha contemplada na atividade municipal.
À Senhora Maria Helena disse que era uma candidatura ao financiamento para construção de uma sala do futuro no agrupamento de escolas em parceria com a UTAD.
O Senhor Silva Fernandes quanto a dívida à banca disse não haver problema, tem diminuído e cumprido os pagamentos. A dívida a terceiros aumentou de quinhentos mil euros em 2014 para quatro milhões em 2017.
Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho esta disse só querer clarificar o Senhor Joaquim Monteiro. Não pode fazer juízos de valor. Referiu-se apenas ao que a Câmara dá em termos de educação, mas dando pouca visibilidade, não falou nas refeições.
O Senhor Joaquim Monteiro referiu quanto à candidatura dos led´s que não tem razão de queixa. Casais e Sarzedinho já têm. Ervedosa está a 10%, mas pensa que antes de agosto, já estará concluída. Acha bem as candidaturas, mas a sua freguesia, como as outras, também merecem ser contempladas. Foi um erro a Câmara não ter apostado nestes últimos anos na requalificação das Bateiras. Ficou triste, pois a televisão andou de Armamar para baixo, e das Bateiras para cima, ninguém falou. Devem apostar no turismo, temos o melhor circuito ribeirinho. As freguesias merecem a vinda de uma candidatura aprovada.

Ponto 2 – Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Comparticipação Financeira à Associação de Fraternidade e Solidariedade Social de Riodades, para construção de uma Estrutura Residencial para Idosos.
O Senhor Norberto Vieira deu a sugestão de votar os pontos seguintes num só, pois só muda a obra, a autorização é a mesma.
A Senhora Lourdes Marinho disse não concordar com o Senhor Norberto Vieira, pois em Paredes e Riodades é proposta, nos outros dois é celebração de proposta. É parecido, mas não é a mesma coisa. Gostava de obter mais informação acerca destes pontos. Na sua opinião, quando é apresentada uma proposta é quase um dado adquirido. Na celebração de um protocolo pode haver discussão.
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vítor Tomé.
O Senhor Vitor Tomé na sua intervenção disse parecer-lhe que os quatro pontos são muito idênticos, mas cada um com os seus detalhes. Deu o alerta para a realidade nos dias de hoje. Aqui há uns anos, quando queriam colocar alguém num lar, havia uma lista de espera, agora não é bem assim, os lares têm vagas. As instituições estão a trabalhar muito bem, algumas querem restruturar-se, como a de Ervedosa, devendo ser apoiadas e protegidas. É preciso ver se a população precisa dos centros, pois pode vir a causar um problema aos existentes. Não se vai gastar dinheiro para daqui a uns anos estarmos com o problema das instituições não terem viabilidade.
O Senhor Silva Fernandes disse não votar contra os pontos 2, 3, 4 e 5, mas o seu voto contém alguma reserva, no ponto de vista político e nas políticas que pretendem implementar nesta área. Todos gostavam de ter perto de si um Centro de Saúde, um Tribunal e um Lar de Idosos. Esta solução é já hoje impraticável e

agravar-se-á a curto prazo. O grau de exigência e custo de instalações, equipamentos, recursos técnicos e humanos, bem como o desenvolvimento de diversas atividades e o seu funcionamento, obrigam a uma séria de reflexão sobre a localização, dimensão, valências e funcionalidade dessas instituições, nomeadamente, quanto ao nível de qualidade de serviços prestados aos utentes. Há hoje uma ampla discussão a nível europeu no papel da economia social que integre estas instituições. A nível nacional está a decorrer o Congresso da Economia Social referido na última sessão e acompanhado com particular interesse. Pessoalmente, entende através das associações que integram a economia social, entre elas os lares de idosos, serem uma das vias de valorização de desenvolvimento e sustentabilidade do Interior do país. A segurança e qualidade de vida no Interior permite e aconselha a instalação de unidades de apoio com diversas valências que satisfaçam os residentes, mas atraiam o regresso de naturais e mesmo novos residentes. A nível concelhio passará mais por projetos centralizados com uma boa rede de apoio domiciliário, ou formação de técnicos locais que a nível de freguesia proporcionassem o apoio de proximidade com vantagem da presença permanente e efetiva. Invoca-se nas propostas o diagnóstico social de 2015-2017 onde se indicam as principais problemáticas identificadas. Neste diagnóstico tanto quanto percebeu não foi tida em conta a evolução demográfica do concelho que vem revelando, à semelhança do resto do país, um acrescentado decréscimo populacional. Recordou o concelho de S. João da Pesqueira com 10.210 habitantes em 1981 registou em 2011 7874 habitantes reduziu 2200 habitantes e neste momento de 2011 a 2015 já reduziu. Hoje, em 2017, os números são inferiores, e esta questão não é de pormenor, quando se trata de gastar cerca de um milhão e quinhentos mil euros. Deixou uma nota final. Conhece algumas instituições, entre elas lar de idosos que visita com frequência. Neste momento face ás exigências acima referidas e às dificuldades de funcionamento, estão a requerer a sua extinção ou encerramento. Possui responsabilidade diretivas num Centro Social e Paroquial que tem as Valência de Creche Infantil, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Lar de Idosos. Conhece as necessidades e dificuldade que falou, não ficaria de consciência tranquila se não transmitisse a sua preocupação face à atitude voluntarista de ter um lar na sua freguesia.

O Senhor Joaquim Monteiro teve conhecimento de amigos necessitando deste apoio para familiares e o Lar de Castanheiro, de Trevões, de S. João da Pesqueira e Ervedosa não terem vagas. A AITIED desde 2003 anda a lutar pela restruturação com candidaturas a várias entidades, não conseguiram, por motivos muito estranhos. Graças ao Senhor Presidente da Câmara vai concretizar o que tanta falta faz a Ervedosa. No Interior, nos próximos trinta anos vão existir muitos idosos. Acredita que daqui a trinta anos não haverá utentes para os lares, mas têm de pensar no presente e, neste momento, os idosos de Ervedosa precisam.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse por vezes ficar um bocado baralhado, pois fecharam as urgências do Centro de Saúde e o Tribunal, todos reclamaram, agora a Câmara quer ajudar a dinamizar a construção desses centros e ouve algumas críticas. Daqui a trinta anos podem até fechar por não haver ninguém, mas o que interessa é o presente. Há pessoas idosas a precisar destas valências. A Câmara não pode subsidiar no total, mas pode ajudar.

O Senhor Norberto Vieira interveio seguidamente, verificando pelas palavras do Senhor Presidente da Câmara que os pontos são o mesmo assunto podendo votar-se todos num só.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro.

O Senhor Joaquim Monteiro disse terem fundação desde 2003, desde essa data quiseram candidatar-se à construção. Tiveram a valência Lar renovada todos os anos e é o entendimento de algumas técnicas não terem condições. Não tem as condições que gostariam, mas já vai no quarto projeto e na quinta candidatura. Esta última candidatura vão executá-la com recursos próprios, pois de outra forma, não conseguem. Têm o empréstimo garantido, só querendo fazer o empréstimo quando souberem o montante de adjudicação e depois o montante de aquisição de equipamentos. Gastaram cerca de dez mil euros para fazerem o projeto de ampliação do atual Centro de Dia por exigência da Segurança Social. Só em terreno e projetos gastaram cerca de duzentos mil euros. Deu os parabéns à Câmara Municipal por apostar nas quatro candidaturas e pela ajuda prestada.

A Senhora Lourdes Marinho aprovou com toda a boa vontade, mas acha que devia haver prioridades para aqueles que estão mais necessitados. Tem uma dúvida, no parecer da sessão de obras diz que a Câmara tem um encargo de um determinado valor, até à execução da obra que são três anos, mas no entanto, o prazo de contratação que a Câmara vai dar estende-se até quinze anos. Em três anos pode a obra não estar concluída. Depois a Câmara não paga todos os anos à instituição que está a apoiar?

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Dr. Paulo Tolda.

O Dr. Paulo Tolda, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, em relação às questões levantadas, explicou que é competência desta Assembleia autorizar a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da celebração dos vários protocolos, de acordo com o estatuído na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), isto porque, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, diploma que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, para efeitos da aplicação da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da LCPA, a autorização prévia para assunção dos compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano. Partindo deste principio, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano para o exercício de 2017, foi aprovado pela Assembleia Municipal, no artigo 18.º das Normas de Execução Orçamental do Município de S. João da Pesqueira para 2017, a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais. No entanto, fruto do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, esta autorização tem as seguintes limitações:

a) Resultem de planos ou programas plurianuais aprovados;
b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cado um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Tendo em consideração que o prazo de vigência dos protocolos pode ir até 15 anos, não se pode aplicar a autorização prévia referida anteriormente, uma vez que este apoio não está previsto nas Grandes Opções do Plano e o prazo de execução é superior a três anos. Assim, previamente à celebração dos protocolos, torna-se necessário obter autorização do órgão deliberativo para a assunção dos compromissos plurianuais resultantes da celebração dos mesmos. Em relação ao facto de haver informações e deliberações da Câmara com títulos diferentes, tendo em consideração que os objetivos dessas informações são os mesmos, esta situação está relacionada com o facto de num caso já haver uma proposta

concreta de protocolo e nos outros casos, haver apenas uma intenção de vir a celebrar um protocolo que, pelo facto das entidades que vão ser apoiadas ainda estarem a fazer o levantamento dos orçamentos relativos ao investimento, o que se pretende neste momento, é autorizar um teto máximo de apoio, estipulando o máximo de compromissos plurianuais a assumir em cada um dos casos pelo Município. Por fim, em relação à dúvida levantada em relação ao prazo de construção da obra ser de três anos, será de referir que o prazo de três anos referido na informação não tem nada que ver com o prazo de construção das obras, mas sim com a autorização prévia para assunção de compromissos por parte do município.
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação sendo aprovado por unanimidade.

Ponto 3 – Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Comparticipação Financeira à Associação para a Infância e Terceira Idade de Ervedosa do Douro, para construção de uma Estrutura Residencial para Idosos.
O Senhor Fernando Pereira inscreveu-se para louvar esta atitude da Câmara. "Isto é descentralização, é capacitar as nossas freguesias com serviços essenciais para desenvolvimento das mesmas. Estamos a falar num investimento da Câmara à volta de oitocentos e tal mil euros, gostava que o investimento fosse maior. Estas atitudes deviam ser em maior número. Deu os parabéns às instituições pelas iniciativas. E para estes projetos têm sempre o seu apoio".
O Senhor Sebastião Mesquita interveio seguidamente dizendo que os investimentos comunitários e os programas 2020 vão terminar. Teremos nós que fazer as obras se as queremos. Aliado a isso a situação financeira em que o país está neste momento, os juros estão a zero. É uma boa altura para investir. Concorda e louva a iniciativa.
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação sendo aprovado por unanimidade.

Ponto 4 – Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Comparticipação Financeira ao Centro Social e Paroquial de Castanheiro do Sul, para redefinição da capacidade de resposta da Estrutura Residencial para idosos.
O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto quatro, não havendo inscrições colocou o ponto a votação. Foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5 – Análise, discussão e votação da proposta de Comparticipação Financeira à Freguesia de Paredes da Beira, para Construção de um Centro de Convívio.
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor António Froufe.
O Senhor António Froufe no uso da palavra disse ter pena do seu Centro de Convívio não ter o mesmo apoio. Na Espinhosa foi gasto cento e sessenta mil euros, pagos pela Junta de Freguesia. O Município deu vinte e cinco mil euros, mas foi para a reconstrução da escola. Questionou se vai a tempo de se candidatar, uma vez que quer aberto o seu Centro de Convívio, ainda no decorrer deste ano. Está inaugurado, a funcionar há dois anos, falta só o apoio para organizar a abertura do Centro de Convívio. Espinhosa é uma aldeia com pessoas muito idosas. Não tem capacidade para as pessoas dormirem, mas tem um espaço agradável, bonito para que as pessoas possam lá passar o dia, não se sentindo sozinhos em casa. Questionou o Senhor Presidente da possível candidatura à obra.

O Senhor Presidente da Câmara respondendo ao Senhor António Froufe disse, na altura, a Câmara ter comparticipado com cerca de vinte e cinco mil euros. Referiu que apresentasse o projeto, depois dentro dos parâmetros, a Câmara decidiria o que fazer.
O Senhor António Froufe disse o que tinha sido dito na inauguração, que podia estender-se mais quinze mil euros. A obra ficou-lhes em cento e sessenta mil euros. Concorda com os vinte e cinco mil euros para reconstrução da escola onde irá funcionar o Centro de Convívio.
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade.
No seguimento dos trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia iniciou o ponto subsequente - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para que o Municipio de São João da Pesqueira possa participar no processo de dissolução da Associação de Municípios do Rio Torto. Após discussão de alguns Membros, foi aprovado por unanimidade a discussão do ponto para a sessão seguinte.
Retirado o ponto da Ordem do Dia o Senhor Presidente da Assembleia passou a discussão do ponto seguinte.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para que o Municipio de São João da Pesqueira possa participar no processo de dissolução da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul.
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.
O Senhor Presidente da Câmara leu o oficio da Câmara Municipal de Viseu:

"Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul
A requerimento dos Municípios de Carregal do Sal, S. Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Viseu, e atendendo ao tempo decorrido desde a constituição da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, em 07/09/1987, sem que tenha sido desenvolvida qualquer atividade, não deixando de estar, por isso, isenta de controlo do Tribunal de Contas, às alterações legislativas ocorridas desde o Decreto-Lei n.º266/81, de 15/09, em vigor à data da constituição da AMBADS, até à atual Lei n.º75/2013, de 12/09, bem como ao fato de que, atualmente, todos os Municípios associados estão integrados nas Comunidades Intermunicipais das respetivas zonas, e na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Viseu, cidade onde a AMBAS tem sede, procede-se à convocatória do Municipio de S. João da Pesqueira para a Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, que se realizará no próximo 10 de julho, pelas 17 horas, no edifício do antigo Governo Civil, sito na Avenida Alberto Sampaio, n.º17, em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleger a mesa da assembleia geral, nos termos do disposto no art.º 6.º dos Estatutos da AMBADS;
2. Deliberar a dissolução da associação, de acordo com o estatuído no art.º 22.º dos referidos Estatutos;
3. Mandatar pessoa responsável pela execução da deliberação, uma vez que não se encontra constituído o conselho diretivo;
4. Estipular os critérios de repartição do património pelos municípios associados, caso exista, como previsto no mencionado art.º 22.º dos Estatutos;
5. Determinar o montante da provisão para os encargos emolumentares à dissolução da Associação;
6. Outros assuntos.

Para o efeito, deverá a Câmara Municipal presidida por V. Ex.ª deliberar a dissolução da Associação, com a consequente autorização da Assembleia Municipal.
Recorda-se, por outro lado, que constituem a Assembleia Geral o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ou o seu substituto, o Presidente da Câmara Municipal ou o seu substituto e o Presidente de Junta de Freguesia de Riodades ou, em sua substituição, o Presidente de Junta de Freguesia de Valongo dos Azeites designados pela Assembleia Municipal aquando da constituição da Associação.
Deste modo, fica V. Ex.ª notificado, na qualidade de representante do Municipio, nos termos do disposto no art.º 35.º, n.º1, alínea a) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, devendo, nessa qualidade e atenta a referida competência, fazer chegar a presente convocatória aos representantes do V/ Municipio.
Por último, solicita-se que todos os contatos sejam efetuados para o telefone direto: 232429572 e mail: presidencia@cmviseu.pt – Pessoa de contacto: Dr. Nuno Nascimento.

"

O Senhor Vítor Tomé referiu que ao retirar os pontos da Ordem do Dia, estão a retirar o ter voto na matéria, deixamos de intervir e vamos à reunião como espetadores.
A Senhora Lourdes Marinho interveio seguidamente dizendo "eu concordo que haja alguém representativo do concelho da Pesqueira. Também entendo é que pode ser uma responsabilidade para a Assembleia Municipal e porquê? Se virmos o ponto um deste requerimento todos os concelhos foram notificados pelo Tribunal de contas, mas noutro ponto já diz que só estes Municípios sabem onde estão as contas, o que está mal e o que está bem. Os Municípios de Carregal do Sal, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Viseu querem a dissolução da Associação, e nós vamos a reboque? O tribunal de contas embora seja competentíssimo e ter de vigiar, não tem de exigir, tem sim de pedir as contas. Os outros Municípios sabem mais que nós, até porque pertencem mais ao lado da Beira e sabem bem as intenções para a criação esta Associação, pois eu não tenho conhecimento nenhum. Questionou qual o critério para votar. Não existem registos no Municipio, só posso votar contra."
O Senhor Norberto Vieira concorda com o Senhor Vítor Tomé. O Municipio deve estar representado. Questionar se há dívidas ou não, se há custos ou não, para trazerem os dados à Assembleia, pois se não trazem os dados, ficam na mesma. Na sua opinião este ponto deveria passar para a sessão seguinte.
Passada a palavra ao Senhor Silva Fernandes questionou a que propósito vem uma carta da Câmara de Viseu pedir dissolução de uma Associação onde a Câmara de Viseu faz tão parte como a Câmara de S. João da Pesqueira. Se há dissolução da Associação são os membros da Associação que têm de decidir, não é a Câmara de Viseu a convocar S. João da Pesqueira para tomar essa decisão.
O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Câmara de Viseu não pediu nada. Receberam um ofício a dar conhecimento da reunião para a Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul. A associação, mesmo sem desenvolver qualquer atividade, não estava isenta de controlo do Tribunal de Contas.
O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. Este foi aprovado por maioria com o voto contra da Senhora Lourdes Marinho.

Ponto 7 - Análise, discussão e votação da Proposta de Recomendação ao Governo – Linha do Douro.

O Senhor Presidente da Câmara disse se houver dúvidas as esclarecia no fim das intervenções.

O Senhor Norberto Vieira questionou se a linha do Douro se estende a todos os concelhos do Douro, se todas as Assembleias Municipais da região do Douro vão discutir este assunto, ou se começa o S. João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, o assuntou estar a ser discutido. Cada Município decide se quer dar continuidade, ou não, a esta proposta. Fica ao critério de cada Assembleia.

O Senhor Norberto Vieira referiu que se forem todos os Municípios do Douro, a proposta terá mais peso, do que se for somente o concelho de S. João da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho no uso da palavra disse achar ninguém votar contra um projeto que vem beneficiar a região. O problema está nos vários projetos que já vieram e não tiveram seguimento. Houve vários projetos, mas as candidaturas não chegaram, as obras não se podem fazer sem dinheiro e está tudo parado. Louva e apoia, mas acha que é mais um documento que cairá na gaveta. O documento foi entregue na reunião e devia ser bem estudado antes de o votar.

O Senhor Presidente da Câmara disse, mais vale tentar e não fazer, do que não tentar, e não fazer.

O Senhor Silva Fernandes interveio dizendo o estudo ser de 2016, a proposta é do Senhor Presidente da Câmara, louvável, podendo ser votada sem problema nenhum. Diz existir, no documento, quatro tranches totalmente separadas e uma delas é da Régua ao Pocinho. Questiona qual o peso duma proposta da Assembleia Municipal para sugerir ao Governo uma recomendação sobre este estudo. E os outros Municípios? Acha que o melhor a fazer era contatar os outros Municípios e fazerem força em conjunto. Ficou surpreendido porque no estudo fala de coisas feitas em 1980. Considera que, infelizmente, têm muita pouca força para chegar com uma recomendação ao Governo. Há que juntar forças e fazer esforços para o projeto dar seguimento.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo estar convicto que os outros colegas de Assembleia também discutam este assunto. Aproveitou para entregar os documentos ao Senhor Silva Fernandes, pedidos na última reunião de Assembleia, relativos ao Museu do Vinho.

O Senhor Joaquim Monteiro disse, felizmente existir uma proposta destas, devia ser feito em outras áreas. Acha importante que esta proposta seja aprovada. Lamenta o facto de a CIMDouro, ou outros, não tenham feito nada. O nosso território tem valor, esta linha do Douro, até à Barca D'Alva é importante e devem batalhar por isso.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação sendo aprovado por unanimidade.

Havendo uma inscrição do público o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor João Moutinho.

O Senhor João Moutinho disse o seguinte:

"Senhor Presidente da Assembleia, Executivo da Câmara, Membros eleitos fiz Miles de Quilómetros para estar na casa da democracia e saber pelo Executivo a razão de não estar solucionado um tema que a mim me parece de interesse público, pese embora os ofícios (ver Proc. H10) e encontros pessoais (dois). Não se vislumbra a solução desejável para os habitantes atuais e gerações futuras desta vila. Não estamos perante alguma ilegalidade igual às que existem por aí, de construções

sem licenciamento, por omissão ou desconhecimento deliberado. Vamos estreitar a Rua Nova, já de si muito estreita. Fazemo-lo, conscientes de que as vítimas são as populações, mas também sabemos, que os únicos responsáveis são os membros deste Executivo, com ele ficará todo o ferrete de toda a responsabilidade. Por nós, ficamos com a certeza de tudo, mas tudo termos feito para não chegarmos até aqui. Vou terminar, informando os Senhores Membros desta Assembleia que estamos a falar do proc.H10, iniciado em dezembro de 2013. Se o Senhor Presidente desta Assembleia permitir, entrego-lhe uma cópia dos ofícios, os relatórios encontram-se no Proc.
S. João da Pesqueira 30 de junho de 2017."
O Senhor Presidente da Câmara referiu o processo ser de 2013, não se recorda bem dos parâmetros, irá analisado e ser-lhe-á dada uma resposta.
O Senhor Presidente da Assembleia, a pedido de alguns Membros deu a palavra ao Senhor João Moutinho para que este se explicasse melhor.
O Senhor João Moutinho disse que em 2013 teve uma reunião com o Senhor Vice-Presidente Vitor Sobral, construiu uma casa, e por sua iniciativa recuou 25 cm, por ser uma rua estreita. Dada as ligações que existiam com a Câmara, pediu um impedimento de estacionamento, para que não existisse no futuro, o famoso problema em estacionarem à porta de casa. Em conversa com o Senhor Vereador disse-lhe para fazer a exposição. Após muito tempo, recebeu um ofício do Senhor Presidente da Câmara a dizer o seguinte:" Agradecido pela cedência ao espaço público, a rua está devidamente sinalizada é um problema da GNR". O problema arrastou-se até hoje e atendendo ao término da casa, quer o problema resolvido. Este problema é de reunião de Câmara, não de Assembleia, só que o Senhor Presidente da Câmara não dando seguimento ao caso decidiu trazer o caso à Assembleia. Termina dizendo que se a Câmara não tiver uma decisão, irá encurtar a rua. A Câmara não é obrigada a ceder-lhe nada, mas ele também não é obrigado a ceder à Câmara.
O Senhor Presidente da Câmara interveio seguidamente para dizer que lhe fora dito por alguém da autoridade que naquela rua, por lei, era proibido estacionar. Ainda há pouco tempo vieram com o assunto à reunião de Câmara para que fosse colocado um sinal de proibição. Existe na rua uma placa de estacionamento proibido, e como a zona está ocupada com material da construção, não viu necessidade em dar seguimento ao assunto para já, mas no futuro irá resolver o problema.
O Senhor João Moutinho dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu a casa estar quase pronta, pedia o favor da resposta da Câmara ser em breve.
Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7, tendo sido aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO:
O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezanove horas agradecendo a presença de todos e desejando um bom resto de dia. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.